

Versão Online ISBN 978-85-8015-040-7
Cadernos PDE

VOLUME II

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
Produção Didático-Pedagógica

2008



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



DULCIMAR FERREIRA DOS ANJOS

**REPRESA CAPIVARA: IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS E
ECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO**

**LONDRINA
2008**

DULCIMAR FERREIRA DOS ANJOS

**REPRESA CAPIVARA: IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS E
ECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO**

Produção Didático-Pedagógica, “Unidade Temática”, prevista no Projeto de Intervenção Pedagógica como estratégia de ação a ser utilizada pela professora PDE durante a Implementação do Projeto na Escola, como requisito ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE 2008, do Estado do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda

**LONDRINA
2008**

UNIDADE TEMÁTICA 2008

IDENTIFICAÇÃO

Núcleo Regional: Londrina – Paraná

Professora : Dulcimar Ferreira dos Anjos – duanjos@seed.pr.gov.br

Professor Orientador: Gilmar Arruda – gilmararruda@sercomtel.com.br

IES vinculada: UEL

Escola de Implementação: Colégio Estadual Marechal Castelo Branco - Ensino Fundamental, Médio e Normal – Fone (43) 3235-1331.

Área: História

Série: 2ª Série do Ensino Médio

Título: Represa Capivara: Impactos Sócio-ambientais e Econômicos no Município de Primeiro de Maio

Relações interdisciplinares: Geografia

Conteúdo estruturante: Relações de Poder

Conteúdo específico: Urbanização e Industrialização

REPRESA CAPIVARA: IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS E ECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO

Este trabalho se compõe de duas partes. A primeira representa a Unidade Temática referente à História local baseada nas leituras desenvolvidas sobre a temática específica - Represa Capivara: impactos sócio-ambientais e econômicos no município de Primeiro de Maio - que foram feitas ao longo do primeiro ano deste programa. Essa parte contém as reflexões teórico historiográficas relacionadas à temática acima.

A segunda parte apresenta as propostas de atividades que serão desenvolvidas com os alunos, como parte da implementação do plano de trabalho proposto anteriormente.

No final das atividades será desenvolvido um artigo contendo as avaliações tanto dos estudos realizados quanto da implementação em sala de aula.

A urbanização e o aparecimento de Primeiro de Maio

Ao longo do tempo construiu-se a ideologia de que os territórios indígenas no Paraná estavam vazios, desabitados e prontos para serem ocupados. Foram muitos os agentes dessa construção. Geógrafos, discursos governamentais, historiografia produzida nas universidades e até os livros didáticos veiculam a idéia de que as terras do terceiro planalto do Paraná constituíam um grande vazio a ser ocupado pelos pioneiros.

Recolocando as populações indígenas como sujeitos ativos da história, percebemos que os territórios localizados entre os rios Paranapanema, Tibagi, e Ivaí, hoje denominados de norte e noroeste do Paraná, foram ocupados desde tempos imemoriáveis (MOTA; NOELLI, 2001, p.22).

Nas primeiras décadas do século XVI iniciou-se a guerra de conquista com as expedições portuguesas e espanholas. Vista como “colonização pacífica e harmoniosa” a guerra de conquista continuou no século XX, através das companhias de terras que ocuparam, lotearam e venderam os territórios ocupados pelos índios. Atualmente outra

justificativa é dada para continuar com a destruição. É em nome desse “progresso” que são desmatadas extensas áreas, e em nome deste progresso que companhias de energia elétrica inundam e ainda planejam inundar extensas áreas de terras (MOTA; NOELLI, 2001,p.49-50).

Com o cultivo de café em larga escala no Paraná, fazendeiros paulistas e mineiros começaram a ocupar a região Nordeste do Estado, que se tornou conhecida como Norte Pioneiro, como parte da expansão da área plantada que vinha de São Paulo. Como explica Cancian “A política de valorização do café e o decréscimo da disponibilidade de terras roxas para a cafeicultura em São Paulo impeliram antigos colonos e lavradores a comprá-las no Norte do Paraná” (CANCIAN, 1981, p.14).

Eram escassos os vínculos dessa região com o restante do Estado. Tanto o escoamento dessa produção quanto o abastecimento da região com os gêneros nos quais não era auto-suficiente se faziam pelo Estado de São Paulo. Somente a partir de 1924 que essa região começaria a se integrar à economia paranaense (OLIVEIRA, 2001, p.33).

O quadro se altera radicalmente a partir da ocupação do assim chamado Norte Novo, abrangendo desde Cornélio Procópio até a região de Londrina. A localização dessa região esteve a cargo da Companhia de Terras Norte do Paraná que adquiriu meio milhão de alqueires do governo do Estado em 1927. A Companhia se dedicou a partir daí à venda de lotes para pequenos e médios fazendeiros, em sua maioria interessados no cultivo do café.

Com o desenvolvimento dessa atividade econômica a população do Paraná quase dobrou de tamanho entre 1940 e 1950, passando de 1.236.276 habitantes para 2.115.547. Esse ritmo de crescimento será mantido até o ano de 1970 como mostra a tabela.

TABELA 1: Evolução da população do Brasil, do Paraná e do Norte-Novo do Paraná, entre 1940 e 1980 (Números absolutos e percentuais)

Anos	Brasil	Paraná	Norte-Novo	PR/BR NN/PR
1940	41.236.315	1.236.276	104.278	3.008,43
1950	51.944.397	2.115.547	517.595	4.124,47
1960	70.191.370	4.277.763	1.039.189	6.124,29
1970	93.139.037	6.929.868	1.466.858	7.421,17
1980	119.011.052	7.629.849	1.400.847	6.418,30

Fontes: (DIAS;GONÇALVES. **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História Regional**. Maringá, 2001, p.94)

Em função dessa colonização, a área plantada de café passa de 117 mil hectares em 1949 para 350 mil 1952, marcando o auge do ciclo cafeeiro no Estado (OLIVEIRA, 200, p.34).

As atividades de suporte à cafeicultura, em particular no que diz respeito à comercialização, beneficiamento e transporte do produto, para não mencionar a prestação de toda uma gama de serviços de manutenção e intermediação financeira, levaram ao surgimento de várias cidades importantes no Norte do Paraná. A subdivisão dos municípios paranaenses da região reflete, em boa medida, a proliferação de pequenas e médias cidades, que se tornou típica do Ciclo do Café na região.

O ciclo cafeeiro começa a dar sinais de esgotamento no início da década de 1960. Com o declínio da lucratividade da cafeicultura, a alternativa que pareceu mais atraente a uma maioria de grandes proprietários rurais foi a adoção da cultura da soja.

Os efeitos da cultura da soja sobre a urbanização e industrialização paranaenses foram enormes. Dispondo de tamanha produção de soja, o Estado reuniu vantagens comparativas muito favoráveis à instalação de um parque dedicado ao beneficiamento do produto, ao invés de se dedicar apenas à exportação do produto in natura. Repete-se, aqui, a história já conhecida com o café (OLIVEIRA, 2001, p.36 – 37).

Primeiro de Maio, cidade localizada ao Norte do Paraná, na divisa com o Estado de São Paulo, situada na confluência dos rios Tibagi e Paranapanema, foi colonizada nas décadas de 1920 e 1930, principalmente por paulistas ávidos por terras férteis para plantação de café. Constitui-se em município autônomo em 1951, contando nesse período com 13.824 habitantes. Na década de 1970 o número de habitantes era de

25.738, sendo que 6.059 viviam na cidade e 19.679 na zona rural, trabalhando com café e algodão no sistema de parceria.

Além da agricultura, como a produção do arroz nos banhados do rio Tibagi, o milho, algodão, feijão, trigo e a criação de animais, devido a sua proximidade com os rios desenvolviam-se também atividades como olarias e portos de areia. Devido aos portos de areia e por estar na divisa com o Estado de São Paulo, contando com a balsa que fazia a travessia pelo rio Tibagi, o movimento na cidade era bastante intenso como relata esse depoente:

Aquele tempo era só areia né, o tanto de areia, Londrina, mesmo Londrina, Araongas, Maringá foi construído tudo daqui de Primeiro de Maio, areia daqui. Era um movimento que dava até gosto de vê. Mas veio a represa e acabo tudo. (OSCAR JOSÉ WEHNNER, entrevista em 26/11/2000)



FOTO 1 - Balsa do Porto Fisher no rio Tibagi – Década de 60 –

Acervo: Foto Moderno de Primeiro de Maio

Com a instalação da barragem da Usina Capivara que provocou um alagamento de grande extensão, desencadeou-se no município de Primeiro de Maio um

processo socioambiental um tanto complexo compreendendo tanto aspectos técnicos quanto sociais e políticos. Houve a necessidade de uma reordenação territorial, incluindo-se a necessidade de deslocamento compulsório das populações locais, uma vez que seus espaços tradicionalmente ocupados foram convertidos em reservatório. As perdas nos diferentes aspectos da expropriação foram, sem dúvida, significativas e provocou um grande impacto na cidade.

A Usina de Capivara no município de Primeiro de Maio, foi resultado do plano desenvolvimentista formulado para o Brasil no século XX. A construção da barragem da Usina Hidrelétrica, no Rio Paranapanema, entre os municípios de Porecatu (PR) e Taciba (SP) foi terminada em 1975. Com o término da obra, se formou o maior reservatório da Bacia do Paranapanema, no qual foram alagados 64.000 hectares de terras férteis, sendo 40.307,09 hectares somente no Estado do Paraná. De acordo com a CIBACAP (Consórcio Intermunicipal da Bacia Capivara) os municípios do Paraná tiveram maior número de terrenos alagados, resultando em 10,2% do total de suas áreas, cerca de três vezes mais, comparando-se com o estado de São Paulo. Os municípios que tiveram maiores perdas no Paraná foram Primeiro de Maio (25,4%), Sertaneja (23%) e Alvorada do Sul (20,4%). (PLANEJAMENTO TURÍSTICO INTEGRADO: COSTA NORTE TURISMO, p. 5)

INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: ENERGIA ELÉTRICA

No século XIX a humanidade testemunhou grandes mudanças tecnológicas. As estradas de ferro e o trem aproximaram cidades e mercados. A velocidade permitida pela máquina a vapor materializou a realização de sonhos inimagináveis. O telégrafo, a fotografia, o telefone, o navio a vapor e a energia elétrica têm destaque nesse amplo conjunto de inovações.

A ciência e a tecnologia conquistavam espaços. O laboratório e a fábrica se aproximavam. Novidades e mudanças tornavam-se constantes, ampliando expectativas de progresso e de bem-estar no novo século que estava chegando.

A eletricidade se materializou como tecnologia disponível a partir das últimas décadas do século XIX e aos poucos se transformou numa valiosa mercadoria

destinada a diferentes usos. Representava, simultaneamente, progresso e civilização, tanto por ser uma nova alternativa de energia para as indústrias que cresciam em número e em produção, quanto pela abertura de novas condições para a ocupação dos espaços urbanos.

As empresas de eletricidade foram, gradativamente, aprimorando técnicas e ampliando as possibilidades de utilização dessa energia, a ponto de torná-la um valioso e indispensável bem de consumo.

No Brasil, o tema sobre energia elétrica tem sido muito discutido a partir de 1973, com a primeira crise do petróleo. Houve uma preocupação geral com a política energética, principalmente a produção de energia elétrica, que foi incluída nos debates e plataformas de ação de partidos políticos em todo o mundo. No Brasil a energia elétrica se caracterizou por um marcante desenvolvimento, superando todas as outras formas de produção energética e promovendo o crescimento industrial brasileiro (LIMA, 2006, p.39).

A produção de eletricidade proporcionou mudanças na forma de vida da população e estabeleceu novos padrões para a indústria.

Em 1879, D. Pedro II introduziu no Brasil os inventos ligados à utilização da luz elétrica, que foi disseminada somente nos últimos anos do século XIX.

O discurso do desenvolvimento permeou cada passo do crescimento econômico brasileiro. Pretendia-se aprimorar o parque industrial paulista e carioca e, para tanto, fazia-se necessário uma maior produção de energia elétrica. Daí a importância de conjugar energia – indústria – desenvolvimento.

Para Lima, entende-se desenvolvimento como o processo de transformação de estruturas. No caso brasileiro, de uma economia colonial para a capitalista (LIMA, 2006, p.42).

A partir do último quartel do século XIX houve a difusão dos usos da eletricidade, que passou a se tornar, progressivamente, numa forma de energia comercialmente útil. A eletricidade causou um impacto sem precedentes e, com seu uso na iluminação, surgiu a indústria elétrica.

Até 1930 o Brasil continuou a ser um país predominantemente agrícola apesar do avanço no setor industrial. Devido à necessidade de infra-estrutura para promover o

desenvolvimento, o capital estrangeiro passou a ser encarado como necessário para acelerar o aumento de renda e para assegurar uma taxa elevada de crescimento. Este penetrou no Brasil através de empréstimos e investimentos. Esses investimentos passaram a ser direcionados para empresas de navegação, bancos e empresas ligadas à geração de energia elétrica. A Ligth, empresa canadense, que controlava o serviço de transporte de bondes, assumiu o controle do fornecimento de energia elétrica. Instalando no Rio de Janeiro constituiu-se no principal núcleo empresarial de energia elétrica no início da República interferindo no modo de vida das pessoas e das cidades (LIMA, 2006, p.4). Nesse contexto, em que a indústria não era componente de transformação econômica e social, o setor elétrico surge juntamente com a expansão dos serviços públicos e constituía-se especialmente de iluminação e tração.

Até a década de 1920, o setor elétrico teve as seguintes características: iniciativas nacionais, serviços municipais e a presença da Ligth. A partir desse período houve a constituição da Companhia Paulista Força e Luz em São Paulo, e no Rio de Janeiro, a Companhia Brasileira de Energia Elétrica.

Com a Primeira Guerra houve um impulso no setor elétrico devido a queda nas importações de carvão e a elevação nos preços da lenha para consumo industrial. Houve então uma aproximação maior entre produção hidrelétrica e a atividade econômica.

Em 1927 chega ao Brasil a American Foreign & Power Co-Amforp que adquiriu a Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Sendo assim, chegou-se em 1930 com o predomínio de duas empresas estrangeiras no setor elétrico: a Ligth e a Empresa Elétrica Brasileira.

Com o governo de Vargas o Estado passa a ser o defensor da economia e da idéia de progresso, sendo o promotor e incentivador do desenvolvimento e difusor da ideologia do progresso. Houve a redefinição do papel do Estado na economia, tendo como objetivo transformar o pólo urbano-industrial no eixo dinâmico da economia do país.

Na década de 1950, deu-se início a um discurso com base no desenvolvimento do Brasil por intermédio da industrialização. Havia uma carência de infra-estrutura como a energia elétrica. Como uma das necessidades primordiais para se prover o

desenvolvimento, deu-se início de todo um discurso que envolveu a exploração dos recursos naturais do país e especialmente dos recursos hidráulicos dos rios brasileiros.

Com o objetivo de promover políticas para desenvolver o setor relativo à produção de energia hidrelétrica Getúlio Vargas criou o Conselho das Águas e Energia Elétrica em 1939.

No período de 1945 a 1964 os projetos hidrelétricos começaram a tomar vulto, sendo a geração de energia elétrica vital para suprir a demanda do avanço industrial do país.

O governo de Eurico Gaspar Dutra estabeleceu seu projeto econômico através do Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Em relação ao setor de energia, previa investimentos para o subsetor de eletricidade, ou seja, 51% do total dos recursos.

Juscelino Kubitschek definiu para a política econômica de seu governo o Programa de Metas, sendo que o setor privilegiado foi o de bens de consumo duráveis. No entanto, havia a necessidade de energia elétrica. Esse setor desponta como base para o desenvolvimento do país em todo momento histórico.

Segundo Lima, as metas do programa de Juscelino Kubitschek contemplavam quatro setores chave: energia, transporte, alimentação e indústria de base, sendo que a energia, o primeiro setor do Programa de Metas, abarcava 43,4% do investimento previsto.

O discurso da modernização e do desenvolvimento foi difundido até tomar conta da consciência e inconsciência das pessoas. Era a expectativa de melhores condições de vida, de que esse progresso atingisse a vida de cada brasileiro. Essa ideologia procurava despertar o sentimento patriótico e o orgulho de pertencer a uma pátria como o Brasil (LIMA, 2006, p.62).

Para Celso Lafer, (apud LIMA, 2006, p.62) “o sucesso econômico do Programa de Metas provocou o esgotamento das soluções administrativas vinculadas tanto ao processo de substituição de importações quanto ao máximo uso das virtualidades dos padrões populistas de conciliação”. Devido a isso, qualquer projeto de desenvolvimento a partir de 1961 era difícil. A incapacidade de superar os obstáculos fez com que Jânio

Quadros renunciasse e essa incapacidade trouxe a crise do governo de João Goulart. Isso levou ao fim da República populista.

O Regime Militar teve início com um golpe que foi justificado pela necessidade de restabelecer a ordem social do país e retomar a expansão econômica, pondo fim à inflação que era tida como favorecedora da crise social e paralizadora do crescimento econômico.

Até 1967, o Brasil viveu a recessão econômica. De 1968 em diante houve uma inversão da conjuntura econômica brasileira fazendo com que o país entrasse num período conhecido como “milagre econômico”, que foi até 1974. De 1973 a 1974 houve a primeira crise do petróleo que esgotou as fontes de financiamento, elevando as taxas de juros internacionais. O ano de 1978 foi sacudido por greves, através dos quais, os trabalhadores passaram a se manifestar e pressionar o governo. A década de 1980 chegou sem boas perspectivas para o país.

Após esses períodos de dificuldades a política energética brasileira se caracterizou pelas seguintes medidas: intensificação do programa do álcool como substituto da gasolina, o Pró-álcool; a ativação da prospecção de petróleo no mar; o programa de geração nuclear de eletricidade, utilizando a tecnologia alemã e; a expansão da geração hidrelétrica como vinha acontecendo. Quanto à expansão da hidroeletricidade, não era novidade, apenas houve a continuação do que estava sendo realizado. A energia elétrica exigia um planejamento eficaz das centrais elétricas. Esse fator, aliado às condições geográficas, favorecia o desenvolvimento do setor (LIMA, 2006 p.71-72).

No ano de 2007, o governo federal anunciou planos para a construção de grandes barragens e PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas). O Plano de Aceleração de Crescimento – PAC é o carro chefe da estratégia desenvolvimentista do governo Lula. A participação do plano energético no PAC é, essencialmente, a construção de grandes barragens, quase 70% das quais na bacia amazônica, complementada pela construção de grande número de PCHs – em particular no Estado de Minas Gerais (ROTHMAN, 2008.p.19-20).

Para Rothman, como na década de 1970, um discurso de progresso e desenvolvimento justifica uma política de aceleração do crescimento econômico, que tem o apoio de interesses econômicos e políticos poderosos.

AS USINAS HIDRELÉTRICAS E O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA

A construção de uma usina sempre provoca um impacto sócio-ambiental e cultural de grande proporção. Podemos perceber que esse impacto é sempre ocultado por um discurso que enaltece o progresso e a necessidade de crescimento econômico como forma de acabar com a pobreza. Para isso, é preciso uma política intensa de industrialização. De acordo com o pensamento desenvolvimentista nacionalista, que se fortaleceu no país a partir de 1940, o país não poderia tornar-se refém do atraso e do subdesenvolvimento.

A formação de um sistema elétrico nacional possibilitaria o fortalecimento de energia regular e contínua, podendo assim, ampliar o parque industrial.

Entre as décadas de 1940 e 1960, esforços e investimentos foram despendidos para que o Brasil pudesse crescer economicamente. Obras de infra-estrutura – entre elas usinas hidrelétricas – seriam planejadas, executadas e finalizadas com o objetivo de romper com o atraso e o país pudesse se desenvolver.

Segundo Ricardo Bielschowsky (apud MASSEI, 2007, p. 41), a corrente nacionalista no Brasil defendia a intervenção do Estado e o considerava um indutor importante da industrialização. Queriam um capitalismo industrial moderno no país. A construção de várias usinas hidrelétricas é um exemplo concreto do desenvolvimentista nacionalista dos anos 1940 a 1960.

Para Massei, esse desenvolvimento econômico passava pela infra-estrutura do país. A construção de hidrelétricas, a partir de 1940, foi ao encontro do ideário desenvolvimentista nacionalista. As usinas do Paranapanema e outras podem ser consideradas como uma ação concreta do desenvolvimentismo nacionalista inauguradas durante o ciclo militar. Contribuiu para isso a constituição de uma infra-estrutura operacional e burocrática para que o sistema elétrico se expandisse no Brasil, de forma a garantir o desenvolvimento. A grande preocupação no Estado de São Paulo

e no país com relação a produção de energia elétrica ficou bem visível nos meios de comunicação, que defendiam o progresso e o desenvolvimento econômico e procuravam justificar a necessidade de produzir mais energia. “O desenvolvimento como ideologia, teve um papel importante na constituição de um pensamento hegemônico em torno do progresso” (MASSEI, 2007, p.55).

Em seu trabalho sobre a hidrelétrica de Barra Bonita, Massei cita como exemplo o jornal *A CIDADE*, que em outubro de 1953 publicou o discurso do então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que ressaltava a energia elétrica como propulsora do progresso:

Um dos pontos principais do programa [do governo] é a solução do problema da energia elétrica que, como todo mundo sabe, é a mola propulsora do progresso. [...] Entretanto, que vemos hoje em nossa terra? O fabuloso parque industrial de São Paulo e outras regiões industriais, ameaçadas [sic] de colapso, por falta de energia. Se possuímos um dos maiores potenciais de quedas d’água da América, por que não temos energia? (MASSEI, p.56).

Os jornais, publicados em Barra Bonita, adotaram um discurso em defesa do progresso, segundo Massei.

Para dar outro exemplo, o mesmo jornal citado, ao publicar a informação de que havia sido concluído o projeto que previa a construção da Usina em Barra Bonita ressalta de forma efusiva a importância da construção para o progresso da cidade:

[...] A usina de Barra Bonita pertence ao plano de eletrificação que S. Excelência faz últimas os estudos [sic] [...]; será uma das maiores pelo seu potencial e das primeiras a serem iniciadas. [...] Barra Bonita terá valorizado as suas terras e por certo incrementado seu parque agrícola e industrial [...]. O nosso minguado município [...] tornar-se-á novamente grande, avultará com o aproveitamento do seu território, à vizinhança da poderosa usina hidroelétrica, que lhe irá facilitar todos os incentivos do progresso (MASSEI, p.57).

Como ressalta Massei, é possível que tenha ocorrido uma melhora na economia. O custo sócio-ambiental, entretanto, foi bastante alto. Pouco tempo depois da inauguração da usina e da formação do reservatório, o jornal relatava a ocorrência de problemas com pescadores e o transtorno causado às olarias. O que a população

começou a perceber é que a construção da usina e da barragem mudou bastante a cidade e a região. Não havia naquele momento, década de 50, a preocupação quanto à dimensão do impacto sobre o ambiente e ao fato de que a natureza é a fonte de recursos, mas não inesgotáveis. Hoje é possível afirmar que o progresso pode vir acompanhado de vários problemas provocando danos irreversíveis ao meio, aos rios e ao homem.

O homem passou a ver-se como exterior à natureza e ao mundo e, diante disso, passou a apropriar-se de todo e qualquer recurso disponível. Essa separação, que se acentuou nos últimos séculos, ficou clara quando o homem potencializou e se apropriou de um recurso disponibilizado pelo rio e passou a produzir uma fonte importante de energia. Alteraram-se várias características de um rio para que se potencializasse sua utilização e servisse a interesses vários. Assim sendo, a energia elétrica emerge como uma excepcional conquista do ser humano nos últimos tempos. Conquista que transformou tanto a base produtiva, quanto a vida cotidiana.

Em Primeiro de Maio os rios Tibagi e Paranapanema se faziam presentes na vida dos moradores da cidade de diversas maneiras. Para muitos o convívio com o rio era cotidiano devido ao trabalho em seus arredores, ou mesmo de lazer, como nos relata o senhor Silvio Miguel:

No começo era meu pai que pescava, daí comecei a pescar (...) a caça era liberada, a gente caçava também e plantava arroz na ilha. Peixe, pegava muito peixe aquele tempo, corimba, piava, piracanjuba (...) na quarta – feira de madrugada tirava o peixe prá fazê entrega pro peixero (...) toda semana, era duas três vezes por semana entregava peixe. Acho que ficou bem mais ruim, porque naquele tempo era gostoso, tinha aqueles planos cheio de areia, aquelas planície de areia na beira do rio, era gostoso, naquela sombra, era legal! Aquele tempo, fazia piquenique, minha prima ia lá, nos plantava milho, então eles ia na ilha fazê pamonha na ilha, fazia pamonha, cural, tudo na ilha. Aquele tempo, era gostoso aquele tempo, brincava no rio, dentro da água, brincava na água, todo mundo brincava (...) era um tempo gostoso, era bom! (SILVIO MIGUEL, entrevista em 24/11/2008).



Foto 2 - Pesca no rio Tibagi Acervo: Silvio Miguel

Agricultores, pescadores, proprietários de cerâmica e oleiros sentiram, de perto e na prática, as conseqüências da desapropriação, da indenização e da formação do lago.

Não houve uma preocupação com o impacto que a construção dessas grandes obras provocaria nos lugares onde seriam instaladas. Modos de viver foram mudados com a transferência compulsória ou a expulsão das populações. A área alagada somou um total de 701 propriedades rurais. As pessoas que perderam suas terras receberam uma indenização ínfima, que não permitiu a compra de outras terras no município, o que fez com que muitos deixassem a cidade migrando para outros municípios ou estados em busca de terras mais baratas diminuindo substancialmente o número de habitantes na cidade. Em 1975, Primeiro de Maio contava com 27.543 habitantes, sendo que, 20.490 residiam na zona rural. Atualmente, segundo o censo do IBGE de

2007 a cidade conta com 10.753 habitantes: 9.762 residem na zona urbana e 991 residem na zona rural.

As mudanças acontecidas no município podem ser retratadas neste documento expedido pelo então prefeito José Pedrinele em 15/02/1993 endereçada ao presidente das Centrais Energéticas de São Paulo requerendo a concessão de uso da orla do reservatório para executar o reflorestamento que até aquele momento a companhia não havia iniciado.

o município de Primeiro de Maio com o represamento para a formação do Lago Capivara, foi desapropriado em 10.498,0 ha, das melhores e mais férteis terras do mundo com prejuízos incalculáveis e irreparáveis para o município;

Que, de imediato perdeu-se a produção agropecuária de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de sua área total, pois é o que representou o alagamento;

Que, além do prejuízo da produção e arrecadamento, obrigou-se o deslocamento para outros municípios, da população que habitava e trabalhava a área inundada;

Que, não só causando os prejuízos acima mencionados, desorganizou o Ecossistema da região, mudando as chuvas e suas épocas, o clima, a temperatura e o comportamento da atmosfera, causando assim, ainda, maiores prejuízos e danos à agropecuária, que é a maior fonte de renda do Município;

Que, tendo causado todos os malefícios mencionados, nada veio contribuir para o progresso melhoramento e desenvolvimento do Município causando regressão na área populacional, social, de produção, de arrecadação, etc;

Que, com o represamento, foi o Município, o mais prejudicado de todo o reservatório, pois colocou-o na condição de Município "isolado" eliminando o trânsito e o tráfego para Assis, Rancharia, Presidente Prudente, São Paulo, etc, no Estado de São Paulo, (...) que para deslocamento para outros Estados, tem necessidade de retroagir até os municípios de Sertanópolis e Porecatu, para utilização de rodovias interestaduais; (DEPARTAMENTO JURÍDICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO)

Os problemas causados ao município devido ao alagamento já podiam ser sentidos até mesmo antes de seu início. A *FOLHA DE LONDRINA* de 16/09/75, relata um pedido dos prefeitos da região para que se prorrogasse o fechamento das comportas, pois assim permitiria aos agricultores colherem mais uma safra de soja, com que seria diminuído o prejuízo que teriam com a perda das terras, Afirmavam que seria possível o plantio de 12 alqueires de soja, com grande produção –“permitindo com esta

fonte extraordinária de renda, a cobertura parcial das dívidas provenientes da frustração das atuais safras de trigo e café, emprego da mão-de-obra da lavoura, que ficará ociosa até maio de 1976 – início do período de replantio dos cafezais afetados pelas geadas; possibilidade de compensação do baixo valor das indenizações das terras, em aproximadamente 5 mil cruzeiros por alqueire” e outros argumentos (FOLHA DE LONDRINA, 1975, p.4).

O modo como foi feito a desapropriação e os valores estabelecidos para a indenização geraram insatisfação e revolta de alguns envolvidos. Algumas pessoas afirmam que foi decisão de cima para baixo, arbitrária, como afirmava o Sr. Fortunato Casanova, ex-prefeito da cidade:

Aqueles proprietários, e eu conheço muitos deles ainda hoje aqui em Primeiro de Maio que tinha sua propriedade, tinha seu conforto relativo na zona rural, hoje, praticamente, tão trabalhando de bóia fria, tão cortando cana na usina de Porecatu, tão cortando cana na usina de Tarumã, Estado de São Paulo. Praticamente, eles perderam tudo porque, não tinha ninguém que orientasse eles, então eles aceitavam o que, o preço que a CESP propôs, com medo de ser desapropriado e não receber nada (FORTUNATO CASANOVA, 1997).

Esta problemática também é ressaltada pela *Folha de Londrina* por ocasião do alagamento, afirmando que se o fechamento das comportas de Capivara a 20 de dezembro, 10 dias antes do previsto no cronograma da CESP, já era um fato liquidado, o mesmo não se podia afirmar quanto às indenizações referentes às terras que seriam alagadas.

Junto a fontes oficiais a Folha apurou ter havido dois critérios de avaliação, um judicial, chegando até a 60 mil cruzeiros o alqueire, principalmente nas propriedades de menores de idade (co-proprietários): e a da CESP propriamente dita, fixando, de um modo geral, preço entre 20 e 25 mil cruzeiros o alqueire, com algumas exceções nos casos de propriedade menores e com benfeitorias. (...) em Primeiro de Maio, que terá mais de 4 mil alqueires atingidos, (...) dos quase 650 proprietários envolvidos pouco mais de 100 ainda não entregaram as propriedades ou passaram as escrituras (FOLHA DE LONDRINA, 28/11/1975, p.6).

Em Primeiro de Maio a formação do lago inundou uma grande área de terras obrigando muitas famílias a mudarem seu ritmo de vida, suas atividades, seu lugar de

moradia, enfim, tiveram seu modo de vida alterado. Vemos isso claro no depoimento do Sr Silvio Miguel:

(...)a gente ficava pescando, tinha jabuticabeira na ilha, tinha jabuticaba, laranja, plantava mandioca, milho, arroz, e era essa luta nossa. Daí foi, chegou um certo tempo, andaram fazendo umas picadas na beira do rio, já veio comentário dessa barragem, barragem que ia saí, e veio, veio devagar essa água, quando a água veio vindo foi desmanchando a casa, prá se arranca de lá senão ia perde tudo, desmanchamo a casa, daí, de vez em quando ia pesca, mesmo assim, até que represou tudo, represou a ilha tudo, perdeu jabuticabeira, perdeu as plantas, tudo, a ilha nós nem sabe onde ficou essa ilha mais (SILVIO MIGUEL, entrevista em 24/11/2008).

O impacto que acompanha a implantação de uma usina hidrelétrica é de grande dimensão e atinge várias áreas: da inundação de terras agrícolas à mutação de culturas e extinção de ofícios tradicionais.

A cidade de Primeiro de Maio contava com muitos portos de areia que também tiveram suas atividades paralisadas, como nos mostra esta reportagem feita no, período do alagamento:

(...) Arthur Carlos, disse ainda não saber quanto lhe será dado pela perda da exploração de areia no porto, concessão de seu pai. Acredita-se que terá que encerrar o negócio, pois as informações obtidas por ele são de que no rio Paraná, um lugarzinho, qualquer é cedido por 200 mil cruzeiros: enquanto outros proprietários querem 30 mil por cento de participação na produção. “Tudo isso, e mais o imposto, desanima a gente. Bom seria que a CESP arrumasse um outro lugar pra gente explorar areia, ao invés da indenização” – afirmou Arthur (FOLHA DE LONDRINA, 29/11/1975, p.9).

Segundo Rothman, no Brasil por longo tempo, a implantação de grandes empreendimentos, em particular de projetos hidrelétricos, operou com o que pode ser chamado de estratégia territorial-patrimonialista. Sendo reconhecida a utilidade pública, concede-se ao empreendedor o direito de desapropriação, limitando-se este a indenizar os proprietários das áreas inundadas. Esta abordagem reconhecia como atingido apenas os proprietários de terras. É necessário “entender a natureza do processo social

deflagrado pelo empreendimento, processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental” (ROTHMAN, 2008, p.44).

Nesse processo de mudanças, se estabeleceu na região novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais surgem e novos interesses e problemas se manifestam. Tomemos como exemplo os trabalhadores da área rural.

Na ocasião do alagamento, a *FOLHA DE LONDRINA* publicou uma reportagem sobre o dilema enfrentado por esses trabalhadores, que na visão da empresa não eram considerados como “atingidos”:

CESP – Centrais Elétricas de São Paulo, quando indenizou as áreas a serem inundadas para a transformação do reservatório de água da usina de Salto Capivara, preocupou-se com os proprietários das terras, esquecendo-se porém de um problema social, o dos empregados rurais. Em consequência, agora que as águas começaram a subir dezenas de famílias encontram-se desempregadas, não sabendo para onde ir. (...) Outros gastaram o que tinham com a mudança: estão agora sem emprego, sem previsão de rendimentos e sem saber o que fazer (FOLHA DE LONDRINA, 27/12/1975, p.5).

Na análise de Rothman deve-se considerar que há outras dimensões a serem consideradas nesse processo, além da pecuniária, pois são vários os grupos sociais e sociedades cuja concepção e vivência do espaço envolvem outros valores. Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações predominantes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais) como a dispersão de grupos familiares, lugares com importância simbólica e religiosa (ROTHMAN, 2008, p.45).

Porém existe um lugar onde só a fé está segurando uma pequena parte da população: Vila Nova, no município de Primeiro de Maio. O vilarejo se constitui na única comunidade a ser inteiramente coberta pelas águas. (...) E os moradores que ainda permanecem, aguardam apenas a derradeira festa religiosa no lugar (...) “festa da despedida” (FOLHA DE LONDRINA, 28/11/1975, p. 6).

De acordo com a Folha de Londrina de 30/11/75, entre Jataizinho e Primeiro de Maio, todos os depósitos de argila e “barreiros” às margens do rio Tibagi seriam inundados. “Acredita-se que 70 por cento das quase 100 cerâmicas e olarias situadas

ao longo do trecho encerrarão atividades, por falta de matéria prima, que não poderá mais ser extraída”.

O Sr. Oscar, residente em Primeiro de Maio, trabalhava na olaria da família antes do alagamento e nos dá esse relato:

Eu comecei trabalha na cerâmica, eu tinha oito anos de idade, empurrava carriola de tijolo carregada, pesada né, era tudo serviço braçal(...)era só a família que trabalhava(...) aí o barro que nós tirava prá fazê tijolo, telha, capa, essas...a gente tirava da beira do Tibagi, e era tudo enxadão e na base da picareta, carregava caminhão na pá aquele tempo.(...) Aí veio a represa, tampou o barro tudo, acabou a cerâmica. (...) Produzia média de 10,15 mil tijolos por semana. (...) Nós trabalhava até 10,11 horas da noite. O barracão era tudo iluminado (..) eles montaram uma turbina tocado a água, deles mesmo né, e gerava energia prá nós mesmo (...) Era energia 24 horas direto,direto (..) Só parava quando dava enchente né, aí o Tibagi enchia, aí eles ia lá e tirava o girador né, inclusive o povo dos portos de areia tudo vinha tudo pras escolas, município de Primeiro de Maio tinha aquelas escolas do sítio né, o povo vinha tudo pras escolas ,o povo que morava na beira do rio lá. Aí voltava o rio normal de novo, parafusava,punha o girador lá, energia do mesmo jeito (...) Aí chegou a represa né, aí chegou aquela conversa né, que a CESP não ia paga (...) depois que eles tinha vendido, a CESP indenizou tudo(...) .(OSCAR JOSÉ VERNNER, entrevista em 26/11/2008)



Foto 3 – Olaria em Primeiro de Maio – Acervo: Orlando Nascimento

A modernização tende a mudar a cultura e a forma de organização de um grupo social. Ela destrói hábitos, valores, costumes e práticas que estão ligados diretamente à tradição. Com o avanço do capitalismo, toda a tradição é arrebatada pelos valores que vão sendo impostos pelo mercado, que transforma tudo em objeto de troca. Ocorre uma racionalização da cultura e da sociedade promovendo a dissolução das formas de vida tradicionais. A modernização destrói ofícios e práticas diretamente vinculados a uma temporalidade que não é mais interessante que continue existindo dessa forma.

Diante de tantas perdas: população, agricultura e pecuária, comércio, empregos, danos causados ao meio ambiente, buscou-se incentivar o desenvolvimento do turismo. Uma das formas de reverter a situação foi a criação do Terminal Turístico como forma de geração de renda através da atração turística – PARANATUR – construído pelo governo do Estado.

Em 1982 foi reivindicada a municipalização da PARANATUR. Em 1986, no governo do prefeito Jorge Bernardo o terminal foi municipalizado, com o argumento de que seria mais bem cuidado e convertido em benefícios para a população. A partir desta data passou a existir a preocupação maior quanto a possibilidade de investimentos na cidade para transformá-la em uma atração turística aumentando a renda do município.

Devido a todo um trabalho de divulgação através da mídia, houve um período em que a cidade realmente passou a ser conhecida e reconhecida na região como pólo turístico, chegando até a entrar para a relação da Embratur como cidade com potencial turístico. Entre os anos de 1997 e 2000, o município conseguiu alguns selos de turismo, emitido pela EMBRATUR. Como o município não manteve o nível de qualidade dos serviços em termos de saúde, limpeza pública, segurança, transporte e outros acabou perdendo estes selos.

Todos os investimentos em infra-estrutura no terminal turístico atraíram outros investimentos como, por exemplo, a venda de lotes no entorno do lago, transformando em grande medida a paisagem no município, já anteriormente mudada pelo alagamento.

De acordo com o Departamento de Cadastros Imobiliários do município de Primeiro de Maio são mais de 300 lotes, alguns pertencentes a moradores da cidade,

que têm a chácara para lazer e também como fonte de renda. Casarões e condomínios fechados aumentam a cada ano movimentando a cidade nos feriados e finais de semana.

Nessa caminhada em busca de novas alternativas para contornar os problemas da cidade devido ao alagamento as lutas foram muitas.

Em 1998 houve uma mobilização realizada em conjunto pelos onze municípios afetados pelo represamento, que compõem a Bacia da Represa Capivara, com o intuito de transformar as perdas em benefícios. Entraram com um pedido de ressarcimento a partir de uma indenização compensatória e mitigatória. A ação foi vencida pelos municípios que, juntos, receberam 10 milhões de reais a serem investidos em infraestrutura nos próprios municípios, proporcionalmente ao tamanho de sua área alagada.

Na área ambiental, através de recursos repassados pela Duke-Energy Internacional, Geração Paranapanema S.A., o CIBACAP (Consórcio Intermunicipal da Bacia do Capivara) deveria implementar:

- Programa de reflorestamento da Represa Capivara visando a recomposição da área de preservação permanente com o reflorestamento de 4.200 hectares na margem esquerda do Reservatório correspondente ao lado paranaense. A partir desse programa, foram instalados viveiros nos municípios de Alvorada do Sul, Primeiro de Maio e Sertaneja;
- Implantação e preservação de Unidade de Conservação na área de entorno do Reservatório correspondente a 100 hectares, aberta à visitação e pesquisas;
- Programa de Preservação e Desenvolvimento da Ictiofauna através de convênio firmado com a UEL – Universidade Estadual de Londrina. Teria duração aproximada até 2005 para desenvolvimento de estudos de manejo e caracterização genética da ictiofauna do Reservatório e de seus principais tributários;
- Realização de Serviços de Destoca e Limpeza no Reservatório: realização dos serviços referidos em área mínima de 200 hectares, nos locais, em que, por se conferir uso público às áreas marginais do Reservatório, justificasse a realização do serviço.

Segundo um funcionário da Cibacap, parte desses programas já foi implementado, faltando apenas 1.200 hectares da margem do reservatório a serem reflorestados e a Unidade de Conservação.

Das atividades econômicas mais expressivas no município, existentes anteriormente ao alagamento no município de Primeiro de Maio e que ainda persistem podemos citar a agricultura e a pesca que ainda é praticada como lazer e também como trabalho.

Diante de todos os problemas expostos, o que esperamos é que profundas mudanças nas políticas ambiental e energética aconteça, no intuito de construir um modelo alternativo de desenvolvimento que garanta a justiça social e ambiental.

O local focalizado - Primeiro de Maio, ajuda a mostrar um país, muitas vezes desconhecido devido ao acelerado processo de transformação. Embora esteja inserido numa região e num dado específico, nele podemos reconhecer parte da cultura que se construiu no país e também dos problemas vividos pela população. Ao torná-lo conhecido, acreditamos estar revelando um pouco de nossa memória, que é rica e plural. Não apenas as grandes obras e monumentos devem ser valorizados, mas também as tradições e a memória de diferentes grupos e minorias precisam ser reconhecidas, o que vai permitir a permanência da vida social e a elaboração do futuro.

Nesta segunda parte do trabalho relatamos as atividades que serão desenvolvidas com os alunos com o objetivo de levar ao conhecimento dos alunos um período da História de nosso município que a década de 1970, período do alagamento pela barragem.

Desenvolveremos atividades com documentos escritos, imagens e a história oral. Os alunos devidamente orientados para o trabalho de campo, estarão conversando com pessoas da comunidade, recolhendo material iconográfico e documentação diversa a respeito da história local.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

1. Sondagem conceitual inicial

- Produzir uma narrativa histórica abordando o seguinte tema:
Quais intervenções o homem fez e faz na natureza em Primeiro de Maio

2. Leitura do texto: Indústria e a Produção do Espaço Geográfico -

Disponível em:

<http://geografianaveia.blogspot.com/200708/indústria-e-produção-espaco.htm/>

- Temas abordados: As diferentes formas de energia que de modo geral foi mobilizado e desenvolvido para acelerar o processo produtivo e como isso interferiu na natureza.

3. Os alunos, em grupo, irão fotografar essas interferências acontecidas nos entornos da cidade de Primeiro de Maio, montando painéis que ficarão expostos na sala. Cada grupo deverá expor seu painel e suas conclusões.

4. Em grupos, os alunos receberão algumas imagens focalizando paisagens da cidade antes do alagamento para análise. Esta análise deverá observar os seguintes pontos:

- Local e data (se possível)
- Tema central
- Pessoas retratadas, caso houver.
- Objetos retratados
- Atribuições da paisagem
- Que aspectos revelam sobre: arquitetura, forma de trabalho, locais de produção, infra-estrutura da cidade, vida urbana ou rural.

Cada grupo deverá expor o seu relatório que será utilizado para abordar alguns temas como: atividades econômicas da época, lazer, trabalho, construções, paisagem etc.

5. Leitura e debate do texto produzido – Represa Capivara: impactos sócio-ambientais e econômicos em Primeiro de Maio.

Temas a serem abordados:

- Modernidade x realidade
- Paisagem transformada
- Transformações sócio-ambientais: trabalho, costumes, cultura, família, demografia.

Produção de texto: A ideologia do desenvolvimento e a nossa cidade.

6. Em seguida os alunos estarão assistindo aos vídeos:

- A barragem de Barra Grande: documentário sobre os impactos que esta barragem pode causar na região. Disponível em: [HTTP://www.apremavi.org.br/mobilizacao/barra-grande/videos/](http://www.apremavi.org.br/mobilizacao/barra-grande/videos/)
- Campanha contra barragem - A privatização das águas. Disponível em: Portal Dia-a-dia da Educação - TV multimídia-Vídeos Geografia.

7. Estudo toponímico

Os alunos divididos em grupos farão o estudo da toponímia de algum local da cidade que sofreu transformações em virtude do alagamento da barragem. Os alunos deverão:

- Selecionar material a respeito do local;
- Fotografar o local;
- Gravar entrevistas;
- Apresentar material multimídia (CD) ou um painel e uma pessoa da comunidade para depor sobre sua experiência de vida com as mudanças ocorridas na cidade.

8. Com o objetivo de comparar as idéias dos alunos na fase inicial e posteriormente ao tratamento do tema, os alunos estarão produzindo um texto:

- A partir das leituras feitas e das atividades realizadas produza uma narrativa histórica sobre o que o homem fez e faz na natureza em Primeiro de Maio em nome da modernização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCIAN, Nadir Aparecida: **Cafeicultura Paranaense – 1900/1970**, Curitiba, Grafipar, 1981.

CASANOVA, Fortunato: **Parque Turístico de Capivara**. Trabalho apresentado a disciplina 3HIS020, mét. e tec. De pesquisa em História ministrado pelo professor Jorge Cernev, UEL, Londrina, CDPH, 1997.

HOTHMAN, Franklin Daniel: **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais – Licenciamento e Barragens**. Viçosa MG: UFV, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco: **História, política e ensino**, In: BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.

LIMA, Ivone Terezinha Carletto de: **ITAIPU: As faces de um mega projeto de desenvolvimento**. Niterói: Ed. Germânica Ltda, 2006.

MASSEI, Roberto: **A Construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a Relação Homem-Natureza: vozes dissonantes, interesses contraditórios – (1940-1970)**, 2007, p.308, TESE (Doutorado) PUC, São Paulo, 2007.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva: **Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri** In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo: **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999

OLIVEIRA, Dennison de: **Urbanização e industrialização no Paraná**, Curitiba: SEED, 2001.